

ESPAÇOS PÚBLICOS E VITALIDADE URBANA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA



<https://doi.org/10.22533/at.ed.474122504069>

Data de aceite: 14/10/2025

Greyce Bernardes de Mello Rezende

Universidade Federal de Mato Grosso

RESUMO: Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a relação entre espaços públicos e vitalidade urbana, buscando compreender como o desenho urbano, as práticas sociais e a gestão do espaço influenciam a qualidade de vida nas cidades. A vitalidade urbana é entendida como a capacidade de um ambiente urbano promover interações sociais, diversidade de usos e sensação de pertencimento. O estudo baseia-se em autores clássicos e contemporâneos da área do urbanismo, como Jane Jacobs, Jan Gehl e William H. Whyte, destacando os principais fatores que contribuem para a criação de espaços públicos vivos e inclusivos. Conclui-se que a vitalidade urbana depende de um planejamento sensível ao contexto local, da promoção de usos mistos e da priorização do pedestre, de modo a tornar os espaços públicos mais democráticos e acolhedores.

PALAVRAS-CHAVE: espaço público; vitalidade urbana; planejamento urbano; interação social; cidade.

INTRODUÇÃO

Os espaços públicos têm papel fundamental na estrutura e na experiência urbana, sendo locais de encontro, convivência e expressão social. A forma como esses espaços são planejados e geridos impacta diretamente a vitalidade das cidades, ou seja, sua capacidade de gerar movimento, diversidade e vida cotidiana.

A discussão sobre vitalidade urbana ganhou destaque a partir da segunda metade do século XX, quando urbanistas e sociólogos começaram a questionar os efeitos da modernização e da expansão automobilística nas cidades. O resultado foi o surgimento de novas abordagens que valorizam o pedestre, o convívio e o uso plural dos espaços urbanos.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo revisar a literatura sobre a relação entre espaços públicos e vitalidade urbana, discutindo os principais conceitos, autores e estratégias associadas à criação de cidades mais vivas e humanas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceito de Espaço Público

O espaço público pode ser entendido como o território de uso coletivo, aberto e acessível a todos, onde se materializam as relações sociais e culturais da cidade. Segundo **Habermas (1984)**, o espaço público é também o palco da esfera pública, onde se desenvolve o debate e a cidadania.

Para **Lefebvre (2001)**, o espaço urbano é um produto social, construído pelas relações de poder, práticas cotidianas e representações simbólicas. Nessa perspectiva, os espaços públicos refletem as dinâmicas de inclusão e exclusão das cidades contemporâneas.

Vitalidade Urbana: conceito e dimensões

O termo “vitalidade urbana” foi popularizado por **Jane Jacobs (1961)** em *The Death and Life of Great American Cities*, obra que critica o urbanismo modernista e propõe o resgate da vida nas ruas como indicador de uma cidade saudável. Para Jacobs, a vitalidade surge da diversidade de usos, da presença de pessoas em diferentes horários e da interação entre moradores e visitantes.

Jan Gehl (2013) amplia essa discussão ao enfatizar a importância das dimensões humanas no desenho urbano. Ele defende que cidades devem ser planejadas para as pessoas, com espaços confortáveis, seguros e atraentes ao pedestre.

Já William H. Whyte (1980), em seus estudos sobre o comportamento social em praças e parques, observou que a vitalidade está ligada à possibilidade de permanência, à qualidade dos assentos, à presença de comida, sombra e elementos de interesse visual.

Fatores que influenciam a vitalidade dos espaços públicos

A vitalidade urbana não é resultado de um único elemento, mas sim da interação entre múltiplos fatores físicos, sociais e simbólicos que moldam o comportamento humano e o uso dos espaços. De acordo com **Montgomery (1998)**, a vitalidade de um espaço urbano depende de sua capacidade de atrair pessoas, sustentar atividades diversas e gerar interações significativas. Assim, compreender os fatores que influenciam essa vitalidade é essencial para planejar cidades mais democráticas e acolhedoras.

Acessibilidade e conectividade urbana

Um dos principais determinantes da vitalidade é a acessibilidade. **Gehl (2013)** argumenta que a vitalidade de um espaço está diretamente relacionada à facilidade de acesso e deslocamento. Ruas bem conectadas, calçadas amplas e infraestrutura para pedestres e ciclistas estimulam o fluxo de pessoas, gerando movimento e encontros.

A presença de transporte público eficiente e a integração entre diferentes modais também ampliam o alcance dos espaços públicos, permitindo que mais grupos sociais usufruam deles. Em contrapartida, barreiras físicas, vias de tráfego intenso e grandes estacionamentos tendem a isolar os espaços, reduzindo sua vitalidade (CARMONA et al., 2010).

Diversidade de usos e funções urbanas

A diversidade funcional é outro componente essencial. **Jacobs (1961)** enfatiza que a mistura de usos — como moradia, comércio, lazer e serviços — cria fluxos de pessoas em diferentes horários do dia, evitando a monotonia e o esvaziamento urbano. Espaços com funções variadas mantêm-se ativos, pois atraem diferentes públicos e faixas etárias.

Além disso, a presença de atividades formais e informais — como vendedores ambulantes, artistas de rua e feiras — amplia o caráter dinâmico do espaço público, reforçando seu papel social e econômico. A ausência de diversidade funcional, por outro lado, tende a gerar áreas monótonas e vulneráveis à degradação.

Conforto ambiental e qualidade do desenho urbano

A vitalidade urbana também depende das condições ambientais e da qualidade do desenho físico. **Whyte (1980)** demonstrou, em suas observações empíricas, que pessoas tendem a permanecer em lugares que oferecem conforto térmico, mobiliário adequado e oportunidades para observar o entorno. Elementos como sombras, vegetação, iluminação eficiente e boa manutenção são cruciais para estimular o uso contínuo do espaço.

Da mesma forma, o desenho urbano deve favorecer a escala humana — proporções, distâncias e texturas que convidem à permanência e interação. Fachadas ativas, transparência visual e espaços de transição entre o público e o privado (como varandas, cafés e bancos) reforçam a sensação de segurança e pertencimento (GEHL, 2013).

Segurança real e percebida

A sensação de segurança é outro fator central. **Jacobs (1961)** introduziu o conceito dos “olhos da rua”, segundo o qual a presença constante de pessoas e a vigilância natural promovida por fachadas ativas reduzem o medo e o risco de violência. Espaços bem iluminados e com visibilidade ampla tendem a atrair mais usuários, criando um ciclo positivo de vitalidade e segurança.

Por outro lado, o excesso de controle ou a vigilância coercitiva pode gerar o efeito oposto, afastando determinados grupos e reduzindo a diversidade social. Assim, a segurança deve ser promovida de forma inclusiva, por meio do estímulo à convivência e ao uso plural do espaço.

Gestão participativa e apropriação social

A gestão dos espaços públicos tem papel determinante na sua vitalidade. **Lefebvre (2001)** defende o “direito à cidade” como o direito de produzir, transformar e usufruir do espaço urbano de forma coletiva. A participação dos cidadãos na concepção, uso e manutenção dos espaços fortalece o sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada.

Experiências contemporâneas de urbanismo tático, como parklets, hortas comunitárias e ocupações culturais, demonstram que a vitalidade pode emergir de ações coletivas, mesmo em contextos de limitação orçamentária. **Carmona et al. (2010)** apontam que a vitalidade sustentável depende de uma gestão flexível e aberta à experimentação, capaz de equilibrar a regulação institucional com a criatividade social.

Identidade, simbolismo e cultura local

Por fim, a vitalidade dos espaços públicos também é influenciada pelos valores simbólicos e culturais atribuídos pelos usuários. Espaços que refletem a identidade local — por meio da arquitetura, da arte pública e da memória coletiva — geram maior apego e apropriação (MONTGOMERY, 1998).

A vitalidade, portanto, não é apenas um fenômeno físico ou funcional, mas também cultural. A presença de manifestações artísticas, celebrações populares e práticas cotidianas fortalece o caráter social do espaço público, transformando-o em lugar de expressão e pertencimento.

Dessa forma, os fatores que influenciam a vitalidade urbana — acessibilidade, diversidade de usos, conforto ambiental, segurança, gestão participativa e identidade cultural — atuam de maneira integrada. Quando combinados de forma equilibrada, promovem espaços públicos dinâmicos, inclusivos e sustentáveis. Em contrapartida, a ausência de qualquer um desses elementos pode comprometer o potencial de vitalidade e interação social no ambiente urbano.

CONCLUSÃO

A revisão bibliográfica realizada evidencia que a vitalidade urbana é um indicador fundamental da qualidade das cidades contemporâneas. Espaços públicos vivos e bem utilizados resultam de um conjunto de fatores que envolvem planejamento, gestão e participação social.

Os estudos de Jacobs, Gehl e Whyte mostram que a vitalidade não é espontânea, mas construída a partir de políticas urbanas que priorizam o pedestre, a diversidade de usos e o convívio social. Nesse sentido, o planejamento urbano deve buscar criar ambientes acessíveis, seguros e agradáveis, capazes de promover a interação e o sentimento de pertencimento coletivo.

Portanto, compreender e promover a vitalidade dos espaços públicos é essencial para o desenvolvimento de cidades mais humanas, sustentáveis e inclusivas.

REFERÊNCIAS

CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; OC, Taner; TIESDELL, Steve. **Public Places, Urban Spaces: The Dimensions of Urban Design**. Oxford: Architectural Press, 2010.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1961].

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MONTGOMERY, John. **Making a city: Urbanity, vitality and urban design**. Journal of Urban Design, v. 3, n. 1, p. 93–116, 1998.

WHYTE, William H. **The Social Life of Small Urban Spaces**. Washington, D.C.: The Conservation Foundation, 1980.